

CARMEN TIBURCIO  
Professora Adjunta da Universidade, do Estado do Rio de Janeiro —  
UERJ. Consultora de Direito Internacional

## **TEMAS DE DIREITO INTERNACIONAL**

Editora Renovar

Rio de Janeiro, 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

T236t Tiburcio, Carmen  
Temas de Direito Internacional / Carmen Tiburcio. —  
Rio de Janeiro: Renovar, 2006.  
552 p; 23 cm.

ISBN 85-7147-580-6

1. Direito internacional — Brasil. I. Título.

CDD 346.81052

## SUMÁRIO

### 1ª Parte: DOCTRINA

#### I) TEMAS GERAIS

Fontes do direito internacional - os tratados e os conflitos normativos	3
A Emenda Constitucional nº 45 e temas de direito internacional	47

#### II) COMPETÊNCIA INTERNACIONAL/IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

Comentários ao Recurso Especial nº 251.438: três temas de processo internacional (cláusula de eleição de foro)	83
Imunidade de jurisdição: o Estado federal e os estados-membros	123

#### III) COOPERAÇÃO JURÍDICA

As cartas rogatórias executórias no direito brasileiro no âmbito do Mercosul: jurisprudência recente	159
As inovações da EC 45/2004 em matéria de homologação de sentenças estrangeiras	191
Algumas questões sobre a extradição no direito brasileiro	211
A dupla nacionalidade e a extradição	261

#### IV) ARBITRAGEM

Os tratados sobre arbitragem em vigor no Brasil	279
O princípio da <i>Kompetenz-Kompetenz</i> revisto pelo Supremo Tribunal Federal de Justiça alemão ( <i>Bundesgerichtshof</i> )	291
A arbitragem como meio de solução dos litígios comerciais internacionais envolvendo o petróleo e uma breve análise da cláusula arbitral da sétima rodada de licitações da ANP	307

## **2ª Parte: PARECERES**

1- Consulta sobre perda da nacionalidade brasileira	335
2- Convenção de arbitragem. Autonomia da cláusula compromissória. Competência do árbitro ou tribunal arbitral para decidir a arguição de nulidade da cláusula arbitral ou do contrato que a contém. Impossibilidade de apreciação prévia pelo Judiciário	345
3- Homologação de sentença estrangeira. Expropriação de marcas sem pagamento de justa e prévia indenização. Desrespeito a garantias essenciais do devido processo legal. Violação da ordem pública brasileira material e processual. Impossibilidade de homologação	365
4- <i>Pipeline</i> . Patente obtida no exterior. Reconhecimento no Brasil em conformidade com a lei estrangeira. Interpretação do art. 230 da Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96)	409

## **3ª Parte:**

<b>ATUALIDADES E COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA</b>	447
---	-----

<b>1. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL</b>	447
-------------------------------------	-----

(a) Artigo 89, I do Código de Processo Civil. Âmbito de aplicação do dispositivo: quaisquer demandas relativas a imóveis	447
(b) Artigo 89, II do Código de Processo Civil. Partilha de bens situados no exterior	448
(c) Artigo 89, II do Código de Processo Civil. Partilha de bens situados no Brasil em razão de acordo homologado por autoridade estrangeira	449
(d) Caso com vários elementos relativos a país estrangeiro. Incompetência internacional	451
(e) Equívoca bilateralização das regras de competência internacional	453

**Localização: 341**

**T554t**

**Código de barras: STJ00066529**

(f) Artigo 94, § 3º do Código de Processo Civil	455
<b>2. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO</b>	456
(a) Imunidade de jurisdição de Estados em matéria trabalhista	456
(b) Imunidade de jurisdição de Estado em matéria fiscal	459
(c) Imunidade de jurisdição de Organização Internacional em matéria trabalhista	464
<b>3. COOPERAÇÃO JURÍDICA</b>	468
(a) Exercício de jurisdição no Brasil diretamente por autoridades estrangeiras	468
(b) Auxílio direto. Dispensa de carta rogatória	470
(c) Carta rogatória. Atos executórios	476
(d) Carta rogatória. Competência concorrente. Recusa de submissão à justiça estrangeira	484
(e) As regras do Superior Tribunal de Justiça sobre cartas rogatórias e homologação de sentenças estrangeiras	487
(f) Homologação de sentença estrangeira. Sentença proferida por autoridade não-judiciária	493
(g) Sentença estrangeira desmotivada	496
(h) Sentença arbitral estrangeira. Verificação da submissão	497
(i) Cabimento de tutela de urgência em processos de homologação de sentenças estrangeiras	499
(j) Homologação de sentença estrangeira. Efeitos no Brasil de decisões proferidas no exterior. Guarda de menores	506
(l) Ordem pública na homologação de sentenças estrangeiras. Repúdio. Citação e autoridade estrangeira	

prolatora da decisão	511
<b>4. DÍVIDAS DE JOGO. ORDEM PÚBLICA</b>	512
<b>5. PROVA DO DIREITO ESTRANGEIRO</b>	523
<b>6. ARBITRAGEM ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	525
<b>7. O PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL NA UNIÃO EUROPEIA</b>	530
<b>8. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO. EXPULSÃO</b>	540
<b>9. CONTRATAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	542